



MUNICÍPIO DE OLHÃO

EDITAL Nº11/2018

ANTÓNIO MIGUEL VENTURA PINA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO, FAZ SABER QUE:

1º Foi instaurado a **Odília da Conceição Barão**, com último domicílio conhecido no Sítio do Monte (terreno baldio em ruína) s/n, 8700-000 Olhão, o processo de contraordenação n.º 67/2015 em virtude de ter cometido uma infração ao *Regulamento sobre apascentamento de animais e sua permanência e trânsito em espaço público*, conforme teor do Relatório e Proposta de Decisão com despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 27/09/2017, que se dá por integralmente reproduzido;

2º Em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, considera-se que fica o arguido notificado, ao abrigo do disposto da alínea b) do n.º 1 e 2 do artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, para efeitos dos artigos 46.º, 47.º e 58.º do Regime Geral das Contra - Ordenações (RGCO), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na sua redação atual, e finda a instrução do processo de contraordenação identificado em epígrafe, da decisão a condená-lo na coima no valor de € **350,00 (trezentos e cinquenta euros)**, à qual acresce custas no valor de € 102,00 (cento e dois euros), tudo com os fundamentos de facto e de direito constantes da Decisão cuja cópia anexo.

3º O arguido deverá proceder ao pagamento da coima em que foi condenado no prazo de 10 dias, após o trânsito em julgado da decisão, através de uma das seguintes formas:

- No Balcão Único do Município de Olhão;
- Depósito ou transferência bancária na conta da Caixa Geral de Depósitos a que corresponde o NIB 003505550000125483029, devendo remeter-nos comprovativo do pagamento à ordem do respetivo processo;



MUNICÍPIO DE OLHÃO

- Envio de cheque à ordem do Município de Olhão, com indicação do respetivo processo, do qual após boa cobrança será remetida guia de depósito, como prova de pagamento.

E para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e sítio da Câmara Municipal (www.cm-olhao.pt) nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo.

Olhão, sede do Município, aos 10 de Janeiro de 2018

O Presidente,

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que a Secção de Expediente e Limpeza, procedeu à afixação do presente Edital, composto por duas folhas, nos termos do artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.

Olhão, 12 de janeiro de 2018

A Coordenadora Técnica da Secção de Expediente e Limpeza

Maria do Rosário S.I. Rodrigues.

Maria do Rosário S.I. Rodrigues

À consideração superior
Parecer: *Concordo*
[Assinatura] 12/09/2017

Concordo.

Decido, nos precisos termos e com os fundamentos, de facto e de direito, do presente Relatório e Proposta de Decisão, pela aplicação da coima no valor de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros).

Notifique-se a arguida.

27.10.2017

O Presidente da Câmara Municipal

[Assinatura]
Dr. António Miguel Ventura Pina

Processo de Contraordenação n.º 67/2015

Arguido: Odília da Conceição Barão

Relatório

(Nos termos e para os efeitos do artigo 126.º do Código de Procedimento Administrativo)

I

Da Acusação

Analisado o conteúdo dos autos, verifica-se que, na sequência da Participação elaborada por elementos da Esquadra de Olhão do Comando Distrital de Faro da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.), foi instaurado o presente processo contraordenacional, *supra* identificado, dando-se cumprimento ao despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, exarado na Participação NPP:485954/2015, de 29.10.2015 de fls. 2 a fls. 3 dos presentes autos contraordenacionais, contra a arguida ODÍLIA DA CONCEIÇÃO BARÃO, com domicílio conhecido em Sítio do Monte (terreno baldio com ruína), s/n, 8700 Concelho de Olhão.

4

Registado o processo, a arguida foi acusada em sede de processo de contraordenação, na qualidade de proprietária e detentora um equídeo macho, de cor russa com cerca de 6 anos, porquanto aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas 18 horas e 25 minutos, na Estrada Nacional 125, no concelho de Olhão, foi verificado pelo agente da Esquadra da PSP de Olhão, um equídeo macho, de cor russa com cerca de 6 anos, pertencente à arguida, a cavalgar descontroladamente na referida estrada, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via, podendo causar graves acidentes de viação, tudo conforme a Participação junta a fls. 2 e 3 dos presentes autos contraordenacionais.

Tais factos consubstanciam a infração prevista como contra ordenação nos termos da alínea d) do artigo 16.º do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público*, punida com coima graduada de € 250,00 a € 2.500,00 nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do referido Regulamento Municipal.

Sendo a arguida a detentora do equídeo *supra* descritos foi-lhe imputada a autoria material da prática de:

-uma infração ao estatuído na alínea d) do artigo 16.º do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*. Tais factos consubstanciam a prática de uma contraordenação prevista e punida com uma moldura contraordenacional graduada de € 250.00 a € 2.500.00 nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do referido Regulamento Municipal.

Aos 06.11.2015 deu-se início à instrução do respetivo processo de contraordenação.

II

Da notificação e defesa

A arguida foi notificada, por Edital n.º 8/2016 aos 08.02.2016, em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, por Ofício n.º 5309, de 23.11.2015, para nos termos do disposto no artigo 32.º, n.º 10 da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.) conjugado com o artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, se pronunciar em sede do direito de audição e defesa, no prazo de 15 dias úteis sobre os factos, cuja prática lhe era imputável, não tendo apresentado em sede de exercício do direito de audição e defesa qualquer pronúncia sobre os factos, cuja prática lhe era imputável, na acusação. (Cf. fls. 3 a 8 dos presentes autos contraordenacionais).

III

Situação económica

Não foram apurados elementos concretos sobre a situação económica do arguido.

IV

Outras diligências

Consultados os Autos verifica-se o seguinte:

- Em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, por Ofício n.º 5309, de 23.11.2015, a arguida foi notificada, por Edital n.º 8/2016 aos 08.02.2016. (Cf. fls. 7 a fls. 8 dos presentes autos contraordenacionais)

V

Matéria de Facto Provada

De relevante para a discussão da causa, resultou provado o seguinte circunstancialismo fáctico:

- 1- A arguida é proprietária e detentora do equídeo, macho, de cor russa e com cerca de 6 anos descrito nos termos da Participação da P.S.P.;
- 2- Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas 18 horas e 25 minutos, na Estrada Nacional 125, no concelho de Olhão, foi verificado pelo agente da Esquadra da PSP de Olhão, um equídeo macho, de cor russa com cerca de 6 anos, pertencente à arguida, a cavalgar descontroladamente na referida estrada, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via, podendo causar graves acidentes de viação, tudo conforme a Participação junta a fls. 2 e 3 dos presentes autos contraordenacionais.
- 3- Na sequência do despacho exarado no auto de notícia pelo Exmo. Sr.º Presidente da Câmara foi instaurado o presente processo de contraordenação contra, a ora aqui arguida ODÍLIA DA

y

CONCEIÇÃO BARÃO, com domicílio conhecido em Sítio do Monte (terreno baldio com ruína), s/n, 8700 Concelho de Olhão;

- 4- Em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal, por Ofício n.º 2309, de 23.11.2015, por Ofício n.º 253, de 20.01.2015, a arguida foi notificada, por Edital n.º 8/2015 aos 08.02.2015. (Cf. fls. 7 a fls. 8 dos presentes autos contraordenacionais)
- 5- Regularmente notificada, aos 08.02.2015, a arguida não se pronunciou em sede exercício do seu direito de audição e defesa, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da afixação do Edital;

Matéria de Facto Não Provada

1 – Inexiste.

Motivação de Facto Provada e Não Provada

A convicção do Município fundou-se na apreciação e análise crítica da prova carreada para os autos.

Concretizando:

Atendeu-se, assim, aos factos descritos na acusação, na Participação da P.S.P., dos quais resulta que a arguida na qualidade de proprietária e detentora do equídeo descrito nos termos dos autos como sendo um equídeo, macho, de cor russa e com cerca de 6 anos, que aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas 18 horas e 25 minutos, na Estrada Nacional 125, no concelho de Olhão, foi verificado pelo agente da Esquadra da PSP de Olhão, o equídeo *supra* descrito, pertencente à arguida, a cavalgar descontroladamente na referida estrada, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via, podendo causar graves acidentes de viação, tudo conforme a Participação junta a fls. 2 e 3 dos presentes autos contraordenacionais

A arguida não apresentou qualquer defesa aos factos imputados na acusação.

VI

Do Direito

O Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público, aprovado por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal em 14.05.2014, e aprovação da Assembleia Municipal, em sua sessão de 27.06.2014, com início de vigência a 21.07.2014, determina as normas reguladoras do apascentamento de animais e da sua circulação e permanência em espaço público e em espaço privado de forma irregular, aplicável a todo o território de Olhão (cf. artigo 1.º, 2.º, 3.º e 25.º do referido Regulamento Municipal).

Este diploma estipula no seu

Capítulo III - Um regime de proibições e restrições ao apascentamento de animais

Artigo 7.º:

«N.º 1: é proibido apascentar gado de qualquer espécie em espaço público.»

Capítulo IV - Um regime de trânsito de animais e veículos de tração animal na via pública

Artigo 8.º

«N.º1 – É proibida a deambulação ou permanência na via pública e demais lugares públicos de quaisquer animais que não estejam atrelados ou não sejam conduzidos por pessoas»

«N.º2 - Dentro das zonas urbanas é proibido todo e qualquer trânsito e permanência de animais a pé ou atrelados nas vias e espaços públicos»

Enquadramento Jurídico – Contraordenacional:

O Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, que estabelece o Regime Geral das Contraordenações (R.G.C.O.) dispõe no artigo 1.º, que:

“Constitui contraordenação todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal no qual se comine uma coima.”

11

Sendo que, só será punível por contraordenação, o facto descrito e declarado passível de coima por lei anterior ao momento da sua prática, praticado com dolo ou, nos casos especialmente previstos na lei, com negligência, conforme dispõem os cotejos normativos dos artigos 2.º e 8.º, n.º 1 do citado Diploma Legal.

Deste modo, o *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, determina as normas reguladoras do apascentamento de animais e da sua circulação e permanência em espaço público e em espaço privado de forma irregular, aplicável a todo o território de Olhão, dispõe no seu artigo 16.º, 17.º e 18.º o regime contraordenacional por violação das normas constantes no aludido Regulamento, considerando nomeadamente que:

Artigo 16.º

«Constituem contraordenações, qualquer violação das normas constantes no presente Regulamento, nomeadamente:

d) a deambulação de animais na via pública e demais lugares públicos sem condutor, ou sem que estes se encontrem devidamente controlados pelo seu condutor;»

Artigo 17.º

«n.º 2 – As contraordenações previstas nas alíneas d), e), f), g), n) e o), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 250,00 a € 2.500,00 »

E ainda no seu n.º 7: «os montantes máximos e mínimos das coimas a aplicar às contraordenações, em caso de reincidência, são agravados com um acréscimo de 1/3, não podendo exceder o limite máximo previsto do regime geral das contraordenações»

«n.º 8 – A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral das contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atualizada.»

«n.º 9: A tentativa e a negligência são puníveis»

Bem como,

O artigo 18.º Sanções Acessórias: «Consoante a gravidade da infração e a culpa do agente, pode a câmara Municipal de Olhão nos termos da lei geral, determinar, cumulativamente, as coimas, a aplicação da sanção acessória consubstanciada na perda de objetos pertencentes ao agente, incluindo animais.»

VII

Aplicação do direito aos factos

Atendendo ao circunstancialismo fáctico dada como provado (Cf. ponto V), dir-se-á que a arguida, na data indicada, praticou os factos descritos que consubstanciam a prática do Ilícito de Mera Ordenação Social referido. (cf. artigo 16.º, alínea d) do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*).

Assim sendo, resulta que aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas 18 horas e 25 minutos, na Estrada Nacional 125, no concelho de Olhão, foi verificado pelo agente da Esquadra da PSP de Olhão, um equídeo, macho, de cor russa e com cerca de 6 anos, pertencente à arguida ODÍLIA DA CONCEIÇÃO BARÃO, a cavalgar descontroladamente na referida estrada, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via e a segurança das pessoas em geral, podendo causar graves acidentes de viação, tudo conforme a Participação junta a fls. 2 e 3 dos presentes autos contraordenacionais, tendo conhecimento que a sua conduta era proibida, consubstanciava e consubstancia a prática de um Ilícito de Mera Ordenação Social.

Da análise aos presentes autos contraordenacionais, infere-se que a arguida sabia e não desconhecia que tal conduta lhe estava vedada por Lei e punida como Ilícito de Mera Ordenação Social.

Assim, agiu, a arguida dessa forma, sabendo da proibição de apascentar animais de qualquer espécie em espaço público, incluindo em zonas urbanas (cf. artigos 7.º, n.º1 e 8.º, n.º 1 e 2 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*) todavia, permitiu que o equídeo deambulasse em plena via pública numa zona urbana, sem atrelado e não se fazendo acompanhar do seu detentor, colocando assim em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas (tipo de ilícito objetivo), ou seja, sem se comportar conforme estava obrigada pelas normas regulamentares do Município de Olhão, ou seja, não poderia permitir a deambulação e permanência de um equídeo na via pública e demais lugares públicos sem que se encontrem atrelados ou conduzidos por

14
pessoas. Deste modo, a arguida não cumpriu a aludida obrigação regulamentar, violando a Lei e prosseguindo com a sua conduta, conformando-se com a infração e com o resultado que a mesma produziu, pelo que agiu de livre vontade e deliberadamente.

Existe plena ligação entre a conduta e a vontade que lhe preside, o que permite afirmar que a culpa da arguida, como imputação do facto à responsabilidade social do autor, agiu mediante dolo, de acordo com o disposto no artigo 8.º, n.º 1 do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro. Designadamente com dolo direto, nos termos do estatuído no artigo 14.º, n.º 1 do Código Penal aplicável subsidiariamente *ex vi* por força do disposto no artigo 32.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Não há atenuantes na conduta do arguido.

Inexistem causas de exclusão da culpa e da ilicitude.

Tais factos consubstanciam a prática de uma contraordenação prevista e punida com uma moldura contraordenacional graduada de € 250.00 a € 2.500.00 nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do referido Regulamento Municipal.

VIII

Da gravidade da contraordenação

Como já mencionado *supra*, analisada a infração cometida, é a mesma considerada **grave** atendendo ao facto da arguida na qualidade de detentor do referido equídeo saber que estava proibida por Lei, de permitir a deambulação de animais em locais públicos, colocando em risco a trânsito rodoviário e a segurança das pessoas, ignorando a proibição constante do artigo 7.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1 e 2 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, tendo conhecimento que a sua conduta era proibida, que consubstanciava e consubstancia a prática de um Ilícito de Mera Ordenação Social, não obstante, a arguida, ignorou sabendo que tal conduta lhe estava vedada por lei e punida como contraordenação conformou-se com a infração e com o resultado que a mesma produziu.

A gravidade da contraordenação está intimamente ligada à determinação da medida da coima, nos termos do estatuído no artigo 18.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

IX

Da culpa

Analisada a gravidade da infração cometida, atendendo ao expendido em VII, cumpre apreciar a culpa da arguida. A punição da arguida implica, além do facto típico e ilícito, que sobre ela recaia um juízo de censura, face à atitude que a mesma expressa, aquando da sua prática. *Destarte*, remetendo para o explanado *supra*, verificamos que a conduta da arguida nunca deixou de ser típica e ilícita. Um facto, não obstante típico e ilícito pode não ter subjacente um juízo de censura em termos de culpa, caso em que falta o pressuposto material da punibilidade. Pelo que se torna, essencial apurar se a arguida agiu com culpa, dolosa ou negligente, pois esta é o fundamento da aplicação da sanção e critério para a graduação da medida efetiva da mesma (Cf. o disposto nos artigos 8.º, n.º 1 e 18.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro).

Quer isto dizer que um dos princípios basilares do direito contraordenacional é o princípio da culpa.

E para que exista culpabilidade do agente no cometimento do facto é necessário que o mesmo lhe possa ser imputado a título de dolo ou negligência, consistindo o dolo “...*no propósito de praticar o facto descrito na lei contra-ordenacional*” e a negligência na “...*falta do cuidado devido, que tem como consequência a realização do facto proibido por lei*” (Cf. Simas Santos e Jorge Lopes de Sousa in “*Contra-ordenações – Anotações ao Regime Geral*,” 2007, 4.ª edição, p.139).

Como já mencionamos *supra* (VII), a arguida não acatou o conjunto de proibições e restrições regulamentares constantes dos artigos 7.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1 e 2 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, segundo as quais é proibido apascentar animais de qualquer espécie em espaço público (capítulo III – Do apascentamento de animais – artigo 4.º, alínea b e f), bem como é proibida a deambulação ou permanência na via pública e demais lugares públicos de quaisquer animais que não estejam atrelados ou não sejam conduzidos por pessoas, nomeadamente em zonas urbana, na medida em que aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas 18 horas e 25 minutos, na Estrada Nacional 125, no concelho de Olhão, foi verificado pelo agente da Esquadra da PSP de Olhão, um equídeo, macho, de cor russa e com cerca de 6 anos, pertencente à arguida ODÍLIA DA CONCEIÇÃO BARÃO, a cavalgar descontroladamente na referida estrada, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via e a segurança das pessoas em geral, podendo causar graves acidentes de viação, isto é, a deambular em permanência na via pública, sem atrelado, tudo conforme a

4

Participação junta a fls. 2 e 3 dos presentes autos contraordenacionais, tendo conhecimento que a sua conduta era proibida, consubstanciava e consubstancia a prática de um Ilícito de Mera Ordenação Social. A arguida permitiu que o equídeo deambulasse na via pública sem atrelado e sem estar acompanhado, colocando em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas (tipo de ilícito objetivo), pelo que sabia e não deveria desconhecer que tal conduta lhe estava vedada por Lei e seria punida como Ilícito de Mera Ordenação Social, ainda assim conformou-se com a infração e com o resultado que a mesma produziu, agindo livre e deliberadamente.

Verificando-se, a existência de plena ligação entre a conduta e a vontade que lhe preside, o que permite concluir e afirmar a culpa da arguida, como imputação do facto à responsabilidade social do autor, por se verificarem os elementos “*conhecimento*” e “*vontade*” na prática da mesma e por se considerar que a arguida agiu com dolo, nos termos do disposto no artigo 8.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na medida em que, sabia ou não deveria desconhecer que os que os equídeos e outros animais não podem ser deixados em locais públicos a deambular livremente sem atrelado e sem estarem devidamente acompanhados pelo seu detentos. **Agiu, assim, o arguido com dolo, na modalidade de dolo direto**, em virtude de ter representado que a conduta por si perpetrada preenchia um tipo de infração contraordenacional, e atuou com a intenção de a realizar, nos termos do estatuído no artigo 14.º, n.º 1 do Código Penal aplicável subsidiariamente *ex vi* por força do disposto no artigo 32.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Acresce ainda que, em conformidade com o disposto no artigo 6.º do Código Civil “*a ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nela estabelecidas.*”

4

Nestes termos, formula-se a seguinte proposta de decisão:

X

Proposta de Decisão

O Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de Dezembro, dispõe na norma contida no artigo 17.º, n.º 1, que sempre que a lei não especifique de forma diferente, o montante máximo da coima a aplicar às pessoas singulares é de € 3.740,98. Contudo, acontece que o Ilícito de Mera Ordenação Social praticado pelo arguido se encontra padronizado na norma do artigo 16.º, alínea d) e 17.º, n.º 2 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, sendo que o mencionado dispositivo legal preceitua que a prática da conduta descrita no artigo 16.º **determina que** «*Constituem contraordenações, qualquer violação das normas constantes no presente Regulamento, nomeadamente: d) a deambulação de animais na via pública e demais lugares públicos sem condutor, ou sem que estes se encontrem devidamente controlados pelo seu condutor;*» e, **nessa medida o artigo 17.º estabelece no seu n.º 2 que** «*as contraordenações previstas nas alíneas d), e), f), g)n) e o), do artigo anterior, são punidas com coima graduada de € 250,00 a € 2.500,00*». *(sublinhado nosso)*

Pelo que, prevendo a Lei (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação atual) que em sede de processo de contraordenação social pode ser aplicada uma coima, sanções acessórias e admoestação, de acordo com o disposto no artigos 17.º, 21.º, 21.º - A e 51.º, e estipulando em cada uma das normas mencionadas os requisitos que pressupõe a aplicação de cada uma das medidas sancionatórias e das sanções acessórias, cumpre determinar a moldura contraordenacional aplicável à situação *subjudice*.

In casu, quer perante a gravosidade da conduta, quer face ao determinar da arguida a um agir em desconformidade com o direito, **não pode deixar de concluir-se**, atendendo à gravidade do ilícito e da culpa da arguida, que no presente caso se fazem sentir, **pela aplicação de uma COIMA.**

Cumprido o primeiro momento da determinação da moldura contraordenacional aplicável ao caso concreto, há que prosseguir com a **determinação da sanção a aplicar ao Ilícito em causa, dentro dos limites fixados pela norma citada.**

Na determinação da sanção concreta, necessariamente ditada pelas exigências do normativo legal contido no artigo 18.º, n.º 1 do citado Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação atual, e pela censura que a conduta da arguida mereça, importa considerar os fatores enunciados na citada norma, designadamente há que atender à gravidade da contraordenação, da culpa, da situação económica da arguida e ao benefício económico que a mesma obteve da prática do ilícito.

Pelo que, há que ponderar o conjunto de circunstâncias internas e externas relacionadas com os acontecimentos, o dolo que é sempre direto, os fins do Ilícito de Mera Ordenação Social, a obtenção de benefício patrimonial pessoal sempre ilegítimo, o prejuízo sofrido, uma vez que tal conduta contende com a prossecução do interesse público, nomeadamente com as regras disciplinadoras nos domínios das condições de circulação e permanência de animais em espaço público, em especial sobre a ocupação indevida e abusiva do espaço público colocando em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas em geral.

Realce-se que, compulsado os presentes autos contraordenacionais, extrai-se a conclusão que perante o exposto, **não podemos proferir a pena de admoestação**, uma vez que se encontra subjacente à sua aplicação, o grau reduzido da culpa, designadamente a prática do facto de modo negligente ou quando existam circunstâncias que atenuem a culpa, pressupostos estatuídos e definidos no artigo 51.º do Decreto – Lei n.º 433/82, com a redação introduzida pelo Decreto – Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, os quais não se verificam *in casu*.

No tocante à gravidade da contraordenação, como já mencionamos, a arguida não pode sem mais, permitir que o seu equídeo deambule livre e descontroladamente em espaço público numa zona urbana sem estar devidamente atrelado e acompanhado, colocando em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas. Pelo que, não será despiciendo notar que a conduta punida como contraordenação é o facto da arguida, na qualidade de detentora do referido equídeo, de cor russa com cerca de 6 anos, que deambulava descontroladamente na via pública, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via, podendo causar graves acidentes de viação, em zona urbana, sem atrelado e sem estarem acompanhados de pessoa que os possa controlar, colocando assim em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas em geral.

In casu, a arguida, na qualidade de detentora do equídeo supra descrito, no local e data *supra* referenciados, permitiu que este deambulasse descontroladamente na via pública, colocando em perigo os demais utilizadores da referida via, podendo causar graves acidentes de viação, em zona urbana, sem atrelado e sem estarem acompanhados de pessoa que os possa controlar, colocando assim em risco o trânsito rodoviário e a segurança das pessoas em geral, tudo conforme a Participação junta a fls. 2 e 3 dos

2

presentes autos contraordenacionais, sendo que estes comportamentos reveladores da atitude ou comportamento que o mesmo teve perante a Lei, não acatando assim as proibições e demais restrições regulamentares aludidas no artigo 7.º, n.º 1 e artigo 8.º, n.º 1 e 2 do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, segundo os quais é proibido apascentar gado e animais de qualquer espécie em espaço público, bem como é proibida a deambulação ou permanência na via pública e demais lugares públicos de quaisquer animais que não estejam atrelados ou não sejam conduzidos por pessoas, nomeadamente em zonas urbana,

Assim, não podemos deixar de considerar de elevada a infração praticada, nomeadamente no que diz respeito à violação de determinadas disposições legais.

Deste modo, consideramos a gravidade da contraordenação, aferida pelas circunstâncias factuais anteriormente descritas quanto ao modo e forma de execução da infração, as suas consequências nos termos em que resultaram provados os factos e atenta, ainda, a natureza jurídica do dever legal violado pelo comportamento da arguida.

Quanto à sua situação económica, não foi possível apurar dados concretos relativos à situação económica da arguida, tendo em conta que a arguida notificada por Edital, não se pronunciou em sede de exercício do direito de audição e defesa, não arrolou testemunhas, nem juntou quais quer documentos respeitantes aos rendimentos auferidos.

Sendo que, no que respeita ao benefício económico auferido, o mesmo considera-se pouco relevante.

Assim,

Considerando os factos dados como provados em V;

Considerando, a elevada gravidade da infração (VI) e a culpa do arguido já mencionada, a título de dolo direto (VII);

Considerando que, o benefício económico obtido pelo arguido com a prática da infrações foi pouco relevante;

Ponderando as circunstâncias *supra* referidas e tomando por referência o comportamento refletido no enunciado fáctico, bem como as exigências de prevenção que no caso se fazem sentir, no sentido de não serem repetidas as mencionadas condutas, parece-nos ajustado propor a condenação da arguida pela prática da infração de que vem acusada, aplicando-lhe uma COIMA.

P

A moldura da coima abstratamente aplicável à infração tem, como limite mínimo € 250.00 e como limite máximo €2.500,00, sendo dentro desta moldura (€ 250,00 - € 2.500,00) que a Edilidade tem de se movimentar para determinar o montante da coima a aplicar pela prática da infração, de harmonia com os critérios definidos na norma contida no artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

Termos em que, tendo em consideração o disposto no citado artigo 18.º, n.º 1 do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, se propõe a aplicação da COIMA a fixar no valor de € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), pela prática da infração de que vem acusada.

A esta sanção deverão acrescer custas no valor de uma UC (unidade de conta), devidas ao abrigo do preceituado no artigo 92.º do citado Diploma, que no momento se fixa em € 102,00 (cento e dois euros).

Face ao exposto, tendo em consideração o disposto no artigo 18.º, n.º 1 do Decreto – Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, propõe - se a aplicação de uma COIMA à arguida ODÍLIA DA CONCEIÇÃO BARÃO, pela prática da infração de que vem acusada, nos termos e para os efeitos do artigo 16.º, alínea d) conjugado com o disposto no artigo 17.º, n.º 2 todos do *Regulamento sobre Apascentamento de Animais e permanência e Trânsito em espaço público*, por se revelar adequada e proporcional à gravidade da contraordenação, da culpa e do benefício económico obtido com a prática do Ilícito de Mera Ordenação Social.

Mais, se propõe que:

A arguida seja notificada por via postal da Decisão e do Relatório que a fundamenta, da aplicação da coima nos presentes autos contraordenacionais, pela prática do Ilícito de Mera Ordenação Social supra mencionado.

De acordo com o prescrito no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e na sequência da decisão supra informa-se que:

- A condenação transita em julgado e torna-se exequível se não for judicialmente impugnada pelo arguido(a) ou seu defensor, no prazo de 20 (vinte) dias após o seu conhecimento pelo(a) arguido(a) (Cf. o disposto no artigo 59.º do citado Diploma);

- Nos termos do mencionado no artigo 59.º, n.º 3 do Diploma referido, a impugnação judicial deve ser escrita e apresentada neste Município, dela devendo constar alegações e conclusões;

- Em caso de impugnação judicial, o tribunal pode decidir mediante audiência ou, se a arguida e o Ministério Público não se opuserem, mediante simples despacho;

- Vigora a proibição da *reformatio in pejus* (Cf. artigo 72.º -A do Diploma citado);
- Todos os documentos apensos ao processo de contraordenação, encontram-se à sua disposição nas instalações do Município no Largo Sebastião Martins Mestre, Olhão, para consulta e passagem de certidões, todos os dias úteis das 09h às 12h e das 14h às 17h;
- Deve proceder ao pagamento da coima em que foi condenada no **prazo de 10 dias**, após o trânsito em julgado da decisão, através de uma das seguintes formas:

No Balcão Único do Município de Olhão,

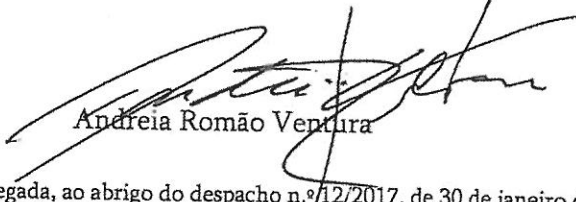
Depósito ou transferência bancária na conta da Caixa Geral de Depósitos a que corresponde o NIB 003505550000125483029, devendo remeter-nos comprovativo do pagamento à ordem do respetivo processo,

Envio de cheque à ordem do Município de Olhão, com indicação do respetivo processo, do qual após boa cobrança será remetida guia de depósito, como prova de pagamento.

Caso o pagamento no prazo fixado não seja possível, deverá comunicar tal facto, por escrito e antes do termo daquele prazo, ao Município (Cf. o prescrito no artigo 58.º, n.º 3 alínea b) do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro).

À Consideração Superior,

A Instrutora,


Andreia Romão Ventura

(Por competência delegada, ao abrigo do despacho n.º 12/2017, de 30 de janeiro de 2017)

Olhão, 23 de junho de 2017

